

60 ANOS DO GOLPE BURGO-MILITAR DE 1964

60 ANIVERSARIO DEL GOLPE BURGO-MILITAR DE 1964

60 ANNIVERSARY OF THE BURGO-MILITARY COUP OF 1964

DOI: <https://doi.org/10.9771/gmed.v16i1.60166>

Milton Pinheiro¹

Resumo: Este artigo tem por objetivo examinar, a partir de uma investigação com base em pressupostos histórico-políticos, a cena daquela quadra histórica que começa no pós-segunda guerra mundial, avança com o golpe burgo-militar de 1964 e tem os primeiros passos de sua finalização com a transição pactuada que encerrou os governos do golpe. Como lógica de análise para desvelar esse longo processo, será necessário localizar as forças políticas, as frações burguesas, as instituições do Estado capitalista e os aparatos ideológicos da direita que estiveram envolvidos. No entanto, também é importante investigar o contraponto ideo-político interposto pela esquerda, os comunistas e o bloco proletário e popular no enfrentamento aos golpistas. Contudo, a condensação das contradições envolvidas no processo possibilitou o surgimento de uma densa crise política. O desfecho dessa situação de crise foi o golpe articulado por frações burguesas e operado de forma particular pelos militares enquanto burocracia de Estado, que se utilizou de forma bonapartista da instituição forças armadas para defender os interesses das classes dominantes, alegando, a partir da ideologia da segurança nacional, o combate ao comunismo, para servir aos interesses burgueses consorciados com o imperialismo estadunidense.

Palavras-chave: Golpe burgo-militar. frações burguesas. comunismo. forças políticas.

Resumen: Este artículo pretende examinar, a partir de una investigación basada en supuestos histórico-políticos, el escenario de ese período histórico que se inicia en la post-segunda guerra mundial, avanza con el golpe burgués-militar de 1964 y da los primeros pasos de su culminación de la transición acordada que puso fin a los gobiernos golpistas. Como lógica de análisis para desvelar este proceso de larga duración, será necesario ubicar las fuerzas políticas, las fracciones burguesas, las instituciones del Estado capitalista y los aparatos ideológicos de derecha que estuvieron involucrados. Sin embargo, también es importante investigar el contrapunto ideológico-político que aportan la izquierda, los comunistas y el bloque proletario y popular para enfrentar a los golpistas. Sin embargo, la condensación de las contradicciones involucradas en el proceso permitió el surgimiento de una densa crisis política. El resultado de esta situación de crisis fue el golpe de estado organizado por facciones burguesas y operado de manera particular por los militares como burocracia estatal, que utilizó la institución de las fuerzas armadas de manera bonapartista para defender los intereses de las clases dominantes, afirmando, basándose en la ideología de la seguridad nacional, la lucha contra el comunismo, para servir a los intereses burgueses en consorcio con el imperialismo estadounidense.

Palabras clave: golpe bourgo-militar. fracciones burguesas. comunismo. fuerzas políticas

Abstract: This article aims to examine, from an investigation based on historical-political assumptions, the scene of that historical period that begins in the post-second world war, progresses with the bourgeois-military coup of 1964 and takes the first steps of its end with the agreed transition that ended the coup governments. As a logic of analysis to unveil this long-lasting process, it will be necessary to locate the political forces, the bourgeois fractions, the institutions of the capitalist State and the ideological apparatuses of the right that were involved. However, it is also important to investigate the ideological-political counterpoint brought by the left, the communists, the proletarian and popular bloc in confronting the coup plotters. However, the condensation of the contradictions involved in the process allowed the emergence of a dense political crisis. The outcome of this crisis situation was the coup organized by bourgeois factions and operated in a particular way by the military as a state bureaucracy, which used the armed

forces institution in a Bonapartist way to defend the interests of the dominant classes, claiming, based on the ideology of national security, the fight against communism, to serve bourgeois interests in consortium with American imperialism.

Keywords: Bourgo-military coup. bourgeois fractions. communism. political forces.

Introdução²

Nesse artigo vamos procurar investigar e debater algumas das questões basilares do golpe burgo-militar de 1964³, levando-se em consideração a lógica da movimentação das frações burguesas e sua operação política, bem como o sentido das articulações militares que em última instância agiu para romper e golpear a ordem institucional. Contudo, é necessário investigar também aquela quadra histórica para entender a presença das organizações populares e proletárias, o papel da esquerda, a forma de atuação política das forças nacionais e democráticas no contraponto ao movimento golpista que agiu no pós 1945 e se configurou enquanto contrarrevolução permanente até o golpe (FERNANDES, 2011).

O período histórico anterior ao golpe foi um momento importante, todavia não podemos afirmar que tenha sido marcado pela tranquilidade política, mesmo assim podemos qualificá-lo como um “Intervalo democrático”⁴, quando presenciamos a tentativa de consolidação das liberdades democráticas diante da constante ameaça golpista, assim como podemos identificar uma menor perseguição política à esquerda revolucionária. Esse conjunto de pontos são determinantes para que possamos entender o cenário no qual a luta de classes foi desvelada e se consolidou a favor da burguesia interna e seu consórcio internacional, levada a cabo pelo exercício da força e coerção da operação militar, que se firmou enquanto um bonapartismo institucional.

O bloco burguês e seu braço armado (autonomizado), que era oriundo da burocracia de Estado (Forças Armadas), para além das articulações efetuadas por partidos da ordem e sua representação no parlamento da República, se utilizaram de agências com ampla capacidade de disseminação ideológica para disputar narrativas e tentar construir consensos para a especulação de que estava em curso um golpe de Estado que seria articulado pelos comunistas, com “apoio” do presidente João Goulart. Portanto, um conjunto de especulações com força de narrativa política que foi disseminado para penetrar no senso comum, que foram gestadas para afirmar a hipótese de que o governo de João Goulart era “fomentador da luta de classes”, que existia uma “ameaça comunista”, que estava em curso a construção de uma “república sindicalista” (inspirada no formato peronista da Argentina) e que os agitadores ateus/comunistas queriam acabar com a Igreja Católica e a propriedade.

Para tentar “comprovar” essas teses fantasiosas e ardilosas, as frações burguesas e sua representação ideológica, em consonância com os segmentos golpistas nas Forças Armadas, divulgavam através do aparato midiático da grande imprensa, que as manifestações públicas em defesa das “Reformas de Base”, as greves econômicas e políticas, passeatas, protestos, comícios organizados pelos sindicalistas, ações políticas do então presidente, se configuravam como ameaça de um golpe de esquerda que estaria em movimentação.

Todo esse arcabouço político foi colocado em movimento para justificar a operação golpista e disputar o sentido da narrativa ideológica. Mas, devemos levar em consideração que o fechamento

coercitivo desse ciclo ocorreu, também, em um momento histórico de condensação de contradições que fomentaram uma perigosa crise política (POULANTZAS, 1977), ou seja, manifestação de um conjunto de fatores que se interligaram para assoberbar o processo histórico e gerar uma crise política que deveria estimular saídas imprevisíveis.

Ainda no escopo dessa introdução, para além do levantamento dos pontos basilares que serão investigados no artigo, se faz necessário apresentar, mesmo que de forma sumária, algumas questões sobre o debate e as controvérsias político-historiográficas de onde partem diversas interpretações do golpe. A primeira, e mais importante questão, é a caracterização da operação golpista. Nesses 60 anos foram apresentadas interpretações que tentam dar conta desse dilema. A definição de que se tratou de um golpe civil-militar perde-se na hiper avaliação da presença de segmentos sociais que teriam estimulado a movimentação militar e, ao mesmo tempo, teria sido a base do processo golpista.

Não encontramos na pesquisa historiográfica, nada para além de uma difusa representação de segmentos “civis”, com participação de extratos da Igreja Católica e da “classe média” (em escassa presença). Sendo assim, não existiu uma consistente representação de setores sociais que qualificasse essa vaga compreensão do que seja a caracterização do vetor “civil” como instrumento determinante do golpe. Sem precisar argumentar que todos aqueles que não são militares podem ser vulgarmente chamados de civis. Portanto, essa caracterização mais confunde do que desvela o papel de classe do golpe.

Uma segunda caracterização, importante pela densidade da pesquisa, informa que tivemos um golpe empresarial-militar (DREIFFUS, 1981), portanto, um golpe organizado por empresários em articulação com o IPES⁵ e os militares. A pesquisa do cientista político uruguaio, René Armand Dreiffuss, é uma das maiores contribuições ao estudo do golpe como representação burguesa e a consequente tomada do poder de Estado. Embora possamos entender o sentido dessa representação, no entanto, o uso dessa vaga caracterização do que seria empresários para identificar a presença burguesa enquanto agente da ruptura institucional, não responde a qualificação classista do processo, ou talvez denote uma presença individual de homens ricos como articuladores dessa ação golpista.

Essa caracterização do golpe, como empresarial-militar, se aproxima muito mais de um tipo ideal enquanto categoria weberiana, que tenta explicar o fenômeno como uma ação social individual (empresário), do que uma ação classista. Portanto, afastando-se do debate sobre classe, em contraponto a explicação marxista que examina o sentido e o papel das classes sociais em disputa dentro da sociedade. Essa conceituação sobre empresário, também, enfrenta problemas se levamos em consideração o mérito da qualificação do que seja empresário na cena hodierna, qualificado hoje como um empreendedor indeterminado e policlassista, podendo até ser um desempregado que trabalha para si.

A pesquisa histórico-política identifica fartamente uma articulação classista (burguesia e militares) para operar, desestabilizar e romper a ordem da democracia formal. Portanto, caracterizo, com base nos termos da nota 3, como um golpe burgo-militar, o movimento que rompeu a ordem constitucional no dia 1º de abril de 1964 e estabeleceu uma ditadura que durou 21 anos no Brasil (1964-1985).

No campo das controvérsias interpretativas sobre esse período histórico, existe um denso debate que pautou no ambiente acadêmico a leitura do golpe. O eixo dessas polêmicas está centrado no papel que os agentes sociais, econômicos e políticos tiveram ou não no desfecho da crise política, inclusive com as narrativas de que seria um golpe ou contragolpe e de quem seria a responsabilidade do desfecho do processo.

Historiadores e cientistas políticos, em várias perspectivas, responsabilizam o governo João Goulart e a esquerda pelo desfecho da crise, chegando inclusive, em alguns casos, a formular a hipótese de que era um contragolpe o movimento que ocorreu em 1964, se apropriando do discurso da UDN, militares e outros segmentos golpistas que qualificavam as lutas populares, operário-sindicais, camponesas, estudantis e o debate sobre as “Reformas de Base” como uma marcha no sentido da revolução comunista, sendo tudo isso uma articulação para um golpe de esquerda.

Com base nesses argumentos, encontramos na historiografia e/ou nos estudos a partir da Ciência Política algumas instigantes análises que contestaram a caracterização de golpe como sendo uma ação de classe, a exemplo da leitura da Maria Vitória Benevides (2003) e do trabalho revisionista da Argelina Figueiredo (1993). Ao lado dessa chave-interpretativa, se somaram algumas interpretações que não serão também objeto deste artigo, mas, no entanto, se faz necessário alertar nessa introdução: direita e esquerda foram responsáveis pelo golpe, ou seja, estariam em curso dois golpes (um da direita e outro da esquerda). Outra interpretação, discorrendo sobre os embates, sinaliza para uma leitura de que não existiu resistência e a classe trabalhadora não teria agido no processo. Mas, também, a leitura que apresentou uma demasiada importância ao papel das forças liberais democráticas na defesa do “Estado Democrático de Direito”. Sem entrar no mérito dessas questões, podemos afirmar que se tratam de teses difusas e revisionistas que se estabeleceram na literatura acadêmica sobre a questão do golpe de 1964.

Todavia, encontramos também, nessas áreas de estudos, promissoras investigações que contestam essas teses revisionistas, como os trabalhos dos professores Moniz Bandeira (2010) e Caio Navarro de Toledo (2004). Ainda no campo dessas polêmicas interpretativas sobre esse período histórico, existe um denso debate que extrapolou o universo acadêmico na leitura do golpe. O eixo motivador dessas investigações está centrado na tentativa de desvelar o papel que os agentes sociais e políticos tiveram ou não no desfecho da crise política, inclusive com as narrativas que discorrem sobre as responsabilidades do processo.

No âmbito do desenho desse debate sobre o golpe de 1964, o historiador Jorge Ferreira localiza que aquele foi um momento de impasse, quando ocorreu intensa radicalização entre a esquerda e a direita, tendo o povo assistido de forma assustada a essa polarização, sendo que a direita reagiu a uma provável marcha golpista da esquerda, portanto, esquerda e direita são responsáveis pelo golpe (FERREIRA; DELGADO, 2003).

Existem outros estudos sobre a ditadura, a exemplo do historiador e ex-membro de uma organização da esquerda armada, Daniel Aarão Reis (2001), que prossegue na missão histórica de reafirmar as teses revisionistas na trilha aberta pelas análises apresentadas por pesquisadores anteriormente

citados. Sobre os estudos e a crítica ao revisionismo histórico temos o denso trabalho organizado por Demian Bezerra de Melo (2014) que aprofunda esse debate, contribuindo para corrigir as imposturas.

O centro motivador dessas investigações sobre o golpe, ainda se mantém nos pontos levantados anteriormente, reafirmando fatores considerados importantes nesse debate sobre as características do golpe e suas interrelações: a questão da Operação Brother Sam (PARKER, 1977), o papel da ideologia de segurança nacional (ALVES, 1985), as teses revisionistas do golpe como sendo um contragolpe, esquerda e direita tinham planos golpistas, para alguns o povo “assistiu” catatônico ao golpe e na contramão dessa hipótese, os estudos sobre a resistência da classe trabalhadora (SANTANA, 2001). São questões importantes que, no entanto, não se enquadram na centralidade do escopo desse artigo.

Ainda como fator determinante desse período ditatorial, vamos analisar o amplo movimento de desagregação que ocorreu na esquerda depois de 1964 como baliza importante para identificarmos as dificuldades que essa representação ideológica teve no enfrentamento à ditadura, seja do ponto de vista da luta armada, das ações políticas no espaço da ordem e no processo de transição e, por fim, o que se configurou no Brasil a partir da transição pactuada e realizada pelo “alto”.

As contradições, a crise e o golpe

A longeva cena política, que vai do período pós 1945 ao golpe de Estado de 1964, apresentou uma acirrada disputa social e política, cuja derivação podemos localizar no conjunto de impasses que serviram para realizar uma condensação de contradições e abrir uma crise política. A brutalidade da ruptura que ocorreu com o golpe já se manifestava nas ações das frações burguesas, nas sublevações políticas da cúpula dirigente das Forças Armadas e na disputa ideológica que os instrumentos orgânicos (IPES, IBAD⁶, ESG⁷, etc.) dessa articulação movimentaram na sociedade.

Houve, durante esse “Intervalo democrático” (1945-1964), uma conexão profunda e paulatina entre esses agentes até o momento de operar o ato na madrugada do dia 1º de abril de 1964. A forma autocrática pela qual Eurico Gaspar Dutra governou, os ataques ao movimento operário e sindical, a cassação do registro do PCB⁸, a cassação dos parlamentares (deputados federais, senador, deputados estaduais e vereadores) e a cassação dos prefeitos (Santo André⁹ em São Paulo e Jaboatão dos Guararapes¹⁰, em Pernambuco) comprovam essa ação autocrática.

A Movimentação reacionária na caserna, assassinatos de líderes operários, camponeses e populares, a exemplo de Angelina Gonçalves¹¹, o avanço do pensamento liberal golpista na UDN, com a direção política de Carlos Lacerda¹², a presença de um difuso movimento de extrema-direita, herdeiro do Integralismo de Plínio Salgado¹³, tudo isso contribuiu para acirrar as contradições, condensar os fatores e gerar a crise política tão “desejada” pelas forças golpistas.

Ao lado desse conjunto de ações da direita e do conservadorismo golpista, o capitalismo brasileiro, mesmo tendo promíscuas relações com o imperialismo estadunidense, dava sinais de exaustão, em virtude dos impasses configurados pela ausência de uma perspectiva de planejamento e centralidade para reorientar os rumos da necessária infraestrutura que seria importante para o crescimento do Brasil.

Os surtos de desenvolvimento dos governos Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek não foram suficientes para reorientar a política econômica brasileira, no sentido da construção de um aparato que permitisse a continuidade do crescimento. Portanto, o governo João Goulart passou a sofrer ataques e entrou em estado latente de agonia política, mesmo com o anterior crescimento econômico:

A questão principal era de natureza econômica. Desde 1940 o PIB brasileiro crescia a 6 por cento ao ano, algo que poucos países do Terceiro Mundo podiam igualar. Tanto os brasileiros como os observadores estrangeiros, notando a abundância de recursos de quase todo tipo, previam brilhante futuro para o maior país da América latina. A campanha de Juscelino pela industrialização e a construção de Brasília pareciam assinalar a “decolagem” do Brasil.

Mas a continuação do desenvolvimento não seria fácil porque a infra-estrutura básica era deploravelmente inadequada. (SKIDMORE, 1988, p. 31)

Os problemas brasileiros estavam se avolumando e chegaram até o governo João Goulart. Essas questões passavam pela ínfima rede de energia para atender o parque industrial em desenvolvimento, o abastecimento de água era caótico, a malha rodoviária e ferroviária eram completamente obsoletas e pequenas, o sistema educacional era excludente, o atendimento de saúde não atingia o básico necessário, ocorria uma gigante disparidade entre as cidades e o campo, o latifúndio era nocivo ao básico para o uso da terra e para o sistema de proteção social.

A economia brasileira da época ainda era quase colonial, no sentido de depender da exportação de um produto tropical. O café representava, em 1964 e nos anos precedentes, cerca de 70% ou 80% de toda a receita de exportação. Quando o preço do café caía, o Brasil entrava em crise; quando o preço do café subia, havia euforia não apenas no setor cafeeiro, mas, através da expropriação cambial, também no setor industrial. As divisas proporcionadas pela cafeicultura permitiam importar meios de produção. Quando o volume importado crescia, a indústria acelerava. Portanto, o ritmo de desenvolvimento do Brasil era comandado pelo câmbio, pela exportação e pelo preço do café. (SINGER, 2016, p.22)

Embora existisse uma certa regulação do trabalho, o capital em sua articulação política impedia o avanço dessa implementação. Para ferir com gravidade o governo, a inflação crescia e as agências internacionais como o FMI e o Banco Mundial tentavam fechar o cerco contra o governo do Brasil. A partir do último trimestre de 1962 a crise do balanço de pagamentos e o grande aumento da inflação incidiram fortemente no adensamento da crise política em curso. Contudo, essa narrativa não justificava o sentido do golpe.

A primeira colocação diante da indagação sobre a economia brasileira às vésperas de 1964 deve esclarecer uma confusão generalizada em todas as discussões que parecem encaminhar-se para um apocalipse do qual e para o qual não há remédio, nem alternativas. O golpe de 1964 aparecia assim, e foi muitas vezes interpretado dessa forma.

É comum, nos dilemas que a economia atravessa, aparecer aquilo que na verdade é alternativa, uma opção política, como algo inexoravelmente determinado pela história, como algo do qual não se pode escapar. (OLIVEIRA, 2016, p. 29)

Todavia, antes de analisarmos a cena política do golpe, precisamos ainda elencar algumas características do período de 1945-1964 para que possamos entender os impasses desse processo e as contradições que geraram a crise como um fator importante que impactou na mudança da correlação de forças dentro da luta de classes, e a posterior ação coercitiva dos militares no fechamento daquele ciclo

com o golpe. Embora com as restrições da democracia formal, tutelada pela autocracia burguesa, as disputas políticas foram marcadas pela presença de segmentos populares, operário-sindicais, camponeses, militares de baixa patente, estudantes e intelectuais que se moviam pelo sentido de mudanças sociais.

Podemos localizar no primeiro momento do pós-1945, com a presença dos comunistas no parlamento federal e depois nos parlamentos estaduais, que passamos a ter uma modificação na pauta da institucionalidade. Isso se comprova com os debates sobre a Constituição de 1946 (GIOVANETTI NETO, 1986), quando questões que interessavam ao conjunto dos trabalhadores, mulheres, liberdade de culto, direito de greve, questões sobre a terra, combate ao racismo, entre outros, encontraram ressonância no arcabouço das leis no Brasil e na sociedade.

A esquerda hegemônica (PCB) e as novas organizações desse campo ideológico tiveram possibilidades de aumentar a influência política. Tratou-se de um lapso temporal onde os “militares nacionalistas” tiveram oportunidade de se manifestar sobre o projeto de Brasil que estava em disputa, mesmo que dentro das Forças Armadas, segmentos dessa burocracia de Estado, estivessem envolvidos com a construção das possibilidades de rupturas institucionais. Mas, a riqueza da luta de classes se impunha através da ampla movimentação sindical, do crescimento do movimento camponês no debate sobre a ocupação da terra e da reforma agrária, posteriormente com ações de construção de suas entidades (ULTAB¹⁴ e CONTAG¹⁵). No movimento operário e sindical ocorreram iniciativas para se organizar centrais sindicais (mesmo sem o reconhecimento do Estado) ou intersindicais na perspectiva de acompanhar e dirigir as lutas da classe trabalhadora, com o crescimento das organizações populares que se preocupavam com a questão da moradia, saúde, educação e combate ao aumento da carestia.

Nesse cenário, presença política importante tiveram as campanhas nacionais desse período, a exemplo da luta contra as guerras e em particular contra participação do Brasil na guerra da Coreia. A emblemática campanha do “Petróleo é Nosso”, em defesa do monopólio estatal desse estratégico produto. As lutas impactantes e insurgentes dos diversos levantes camponeses, em especial Trombas e Formoso de 1954 a 1957 (CUNHA, 2011) e Porecatu que ocorreu entre 1940 e 1950 (OIKAWA, 2011), ambas com determinante presença dos comunistas.

Nos quartéis ocorriam movimentos dos militares da baixa patente das Forças Armadas, gerando importante questionamento às cúpulas das três forças e colocando na ordem do dia da política esse debate, independente da infiltração operada pela direita. A rica participação do movimento estudantil na defesa das pautas de interesse popular, como as “Reformas de Base”. O amplo movimento nacional-popular ensejado por um conjunto significativo de intelectuais que através de entidades, a exemplo do ISEB¹⁶, entre outras, queriam discutir as profundas mudanças que o país exigia. Um exemplo importante dessa ação/presença foi a divulgação massiva nos diversos rincões do Brasil dos “Cadernos do Povo Brasileiro” (LOVATTO, 2010).

Greves, movimentações, paralisações, comícios, congressos, seminários, levantes populares e camponeses, lutas das mulheres, combate ao racismo, militares nacionalistas intervindo na política, campo e periferia das grandes cidades querendo ser ouvidos, estudantes e intelectuais na defesa do que se convencionou chamar de revolução brasileira. Tudo isso se conformou em argamassa do contraponto ao

latente golpismo das frações burguesas, das cúpulas militares, dos aparelhos privados de hegemonia organizados pela burguesia (IPES, IBAD, ESG, mídia corporativa, etc.). Indelével cenário político onde a luta de classes estava sendo desvelada, porém, com desfecho imprevisível na correlação de forças.

Nesse interregno do “Intervalo democrático”, ainda podemos citar o recrudescimento político que fortaleceu a autocracia burguesa no governo Eurico G. Dutra, as contradições políticas entre as frações burguesas que culminaram com o suicídio do presidente Getúlio Vargas, os problemas enfrentados desde a posse por Juscelino Kubitschek, a tentativa de impedir a posse de João Goulart quando da renúncia de Jânio Quadros, em 25 de agosto de 1961. A reação democrática que inspirou e organizou a “Cadeia nacional pela legalidade” (TAVARES, 2011) e os últimos conflitos que envolveram o governo com a paulatina perda de influência política no congresso nacional e na cúpula das Forças Armadas. Embora o presidente João Goulart tivesse índices de aprovação popular altos, quando o assunto era reeleição, medido pelo IBOPE nos meses de fevereiro e março de 1964 nas principais capitais do país¹⁷, o golpismo avançava.

Mesmo sendo um período histórico marcado por impasses e contradições da desvelada luta de classes, com uma articulação das frações burguesas (industriais, banqueiros e latifundiários) e militares na perspectiva de manter no processo histórico o sentido da contrarrevolução permanente, procurando aprofundar o controle do Estado capitalista para constituir um novo ciclo de acumulação de capital, essa lógica e confrontava com a diversa representação da esquerda, organizada no polo da contradição, tendo à frente forças populares-sindicais e camponesas, comunistas e o amplo espectro de articulações que reivindicavam um projeto nacional-popular de perfil reformista e autárquico para o Brasil.

Essa configuração da ordem das disputas permitiu que, mesmo com a inicial dificuldade do período Dutra, esse complexo da esquerda pudesse crescer e melhor se apresentar com suas propostas nos governos Vargas e Juscelino, podendo avançar no governo Goulart. Foi, portanto, um momento importante de liberdades democráticas, quando as propostas e projetos para o Brasil estavam em disputa. Contudo, o poder da classe dominante repercutia de forma intensa nos aparelhos ideológicos de Estado, galvanizava segmentos liberais da política oficial e era densamente articulado nos altos extratos da oficialidade militar.

A saída desse impasse político não seria articulada pela esquerda que, do ponto de vista organizativo e político, demonstrava sinais nítidos de incapacidade para conter a ameaça golpista e operar, dentro de uma factível conjuntura política, quando se estabelecesse uma crise revolucionária que fizesse surgir uma situação de dualidade de poder. Com seu desfecho, a cena política demonstrou, ao contrário do que afirmam os intérpretes do período que optaram pela leitura revisionista, que estava em andamento uma articulação burguesa e uma operação militar de caráter institucional bonapartista para romper com o arcabouço da democracia formal. Existia um bloco de forças burgo-militar que estimulava uma postura golpista que reforçou a intervenção da extrema direita, contando com forças conservadoras e reacionárias, setores difusos da classe média para entrarem em ação. Apesar do desfecho, foi um período de intensa disputas nas jornadas das lutas de classes.

O cenário internacional era impactado por novas ações desenvolvidas pela ofensiva do capitalismo monopolista e sua intervenção política, militar e econômica nos chamados países do Terceiro Mundo, procurando ter o controle político, tentando aniquilar as diversas formas de insurgência e agindo para garantir a intensificação do processo de acumulação para que as frações da burguesia pudessem, objetivamente, obter maiores lucros.

Ao lado dessa perspectiva capitalista, havia um modelo de enfrentamento ao “Bloco Socialista” e das democracias populares, rotulado de “Guerra Fria”, que orientou as potências capitalistas, tendo à frente os EUA, a tentar controlar os países da periferia do sistema. O Brasil integrava esse espaço geopolítico dominado pelos EUA e a postura autônoma do governo João Goulart não cabia no papel que o imperialismo estadunidense destinava para ele. Afinal, desde a renúncia de Jânio Quadros, em agosto de 1961, que o novo presidente enfrentava a aliança das frações burguesas internas com o imperialismo dos EUA. Diante desse quadro, diversas estratégias foram operadas. Primeiro, a tentativa de impedir a posse do vice-presidente. Segundo, a saída a partir de um governo parlamentarista. Terceiro, as diversas modalidades da desestabilização e por fim o golpe de Estado.

Em momento conjuntural próximo ao desfecho do golpe, a situação econômica, apesar dos importantes índices de crescimento apresentados anteriormente ao período João Goulart e de políticas públicas do governo que revalorizavam o salário mínimo, permitindo ao trabalhador uma maior capacidade de compra para enfrentar os abusos inflacionários, foi articulado um profundo desgaste do governo através da mídia corporativa, das representações dos blocos políticos partidários de centro direita e direita, bem como pelo conservadorismo católico.

A situação de crise política foi se consolidando diante do comportamento do Congresso Nacional. A burguesia internacional e o seu consórcio dentro do Brasil agiam em promíscua relação com o Departamento de Estado dos EUA e as forças políticas de oposição, em especial aquelas chefiadas por Carlos Lacerda, Ademar de Barros¹⁸ e Magalhães Pinto¹⁹ que estimulavam os ataques ao governo. As contradições do processo fermentaram a crise política, o epifenômeno era a questão econômica, mas também ardia a disputa político-ideológica. Essa conjuntura de crise desgastava o governo e exigia medidas de contenção das diversas manobras golpistas que agiam para fomentar a agudização do processo golpista em evidência.

O governo estava em denso processo de agonia política e suas articulações não surtiam os devidos efeitos. O chamado “Dispositivo Militar”²⁰ do presidente claudicava e dava sinais que estava sendo cooptado ou neutralizado pelas forças golpistas. As forças políticas de esquerda, em especial o PCB, através da expressiva liderança de Luiz Carlos Prestes no processo político brasileiro, não conseguiu desvelar a potência da articulação golpista; mostrou-se incapaz de movimentar as forças de esquerda e as organizações da classe trabalhadora do campo e da cidade, faltou capacidade orgânica para concentrar esforços políticos na mobilização de sua base militar nas Forças Armadas e nas PMs, e sequer esboçou um factível plano político para enfrentar naquele momento o estopim do movimento golpista.

A esquerda trabalhista mostrava-se confusa para operar um sentido e agir diante da crise, as organizações trotskistas (ainda muito frágeis), a exemplo da POLOP²¹, não tinham condições concretas

para intervir na disputa em curso. Desde a tentativa de golpe de 1961, a reação pela legalidade democrática para impedir que o vice-presidente João Goulart fosse apartado do seu posto constitucional de presidente, já que o Jânio Quadros havia renunciado, era muito frágil e espontâneo, sendo movimentado por parcas ações e tímidas forças.

As mobilizações político-sociais em defesa das “Reformas de Base” apresentaram uma frágil articulação, mesmo com o espontaneísmo da participação de segmentos populares, foi desenvolvido um fértil complexo ideológico em defesa de um reformismo de caráter nacional-popular que, em grande medida, desejava aplicar um projeto teoricamente de Brasil autônomo, diante do sistema capitalista e do imperialismo estadunidense. Algo que vagamente se aproximava no Brasil ao pensado inicialmente pelo general Cárdenas, presidente do México na década de 1940. Essas reformas estruturantes, pensadas a partir do ISEB (TOLEDO, 1978), necessitavam de uma ampla articulação de um projeto que afirmasse uma cultura política nacional-popular para mobilizar a classe trabalhadora do campo e da cidade no sentido na defesa, em tese, do seu projeto autárquico.

Talvez os anos 1960 tenham sido o momento da história republicana mais marcado pela convergência revolucionária entre política, cultura, vida pública e privada, sobretudo entre a intelectualidade. Então, a utopia que ganhava corações e mentes era a revolução – não a democracia ou a cidadania, como seria anos depois -, tanto que o próprio movimento de 1964 designou a si mesmo com revolução. As propostas de revolução política, e também econômica, cultural, pessoal, enfim, em todos os sentidos e com os significados mais variados, marcaram profundamente o debate político e estético. Rebelia contra a ordem e revolução social por uma nova ordem mantinham diálogo tenso e criativo, interpenetrando -se em diferentes medidas na prática dos movimentos sociais, expressa também nas manifestações artísticas. (RIDENTI, 2007, p. 135)

No entanto, devemos examinar com maior complexidade a postura política do PCB diante da ameaça golpista, por se tratar da maior organização da esquerda brasileira naquele momento. No processo de desfecho da crise, os comunistas brasileiros se orientavam na cena política a partir das formulações do documento “Declaração de Março de 1958”²² e pelas resoluções do V Congresso que foi realizado em 1960²³. O documento de março é estruturante:

Depois de um período de transição, ainda pautado por contradições orgânicas, divergências com as resoluções do “Manifesto de Agosto”, crise do movimento comunista internacional e defecções internas, o PCB fez uma profunda reorientação na linha política, com forte impacto em sua ação intervenção política. Uma inflexão na tática que em grande medida visava capturar a estratégia. No começo do ano de 1958 o partido lançou o célebre documento, intitulado a “Declaração de Março”. Esse ensaio de interpretação teórico-prática reorientava a intervenção política do PCB, tendo em vista uma nova operação na cena política daquele período, a partir das premissas levantadas pela URSS e pela questão nacional.

As bases analíticas do documento aprimoram a interpretação do Brasil, localizando a importância do avanço das forças produtivas no país, reexaminando o capitalismo brasileiro a partir do seu desenvolvimento e dependência. O documento informa novos elementos sobre o perfil da classe trabalhadora, debate a necessidade de democratização da política, apresenta um quadro sobre o movimento internacional pela paz e o socialismo, denuncia os impasses gerados entre a nação e imperialismo, propõe uma frente única do campo nacional e democrático, abre uma discussão sobre as próximas eleições e faz um apelo pela unidade do partido na perspectiva da aplicação da nova linha política. Não obstante essa formulação, ainda permanecia uma compreensão que existia resquícios feudais que impactavam a formação social brasileira. Mesmo assim, o

documento apresentou um importante debate sobre a questão nacional e a democracia. (PINHEIRO & MANZANO, 2023, p. 97-98)

Essas formulações foram determinantes e organizaram as resoluções que os comunistas decidiram implementar ao sentido de realizar suas ações políticas. Podemos afirmar que eram oriundas de uma percepção que procuravam aprofundar na densa conjuntura do começo da década de 1960, especialmente de 1961 a 1964, o arcabouço taticista de 1958. No entanto, apesar da importância política, essas formulações não apresentavam um maior desvelamento que caracterizasse a realidade concreta daquela formação sócio-histórica brasileira e o estágio do capitalismo, na conformação interna do vigente processo de monopolização mundial.

A formulação genética de 1958, apesar de realçar a nova e impactante presença da classe trabalhadora no âmbito do capitalismo brasileiro e, ao mesmo tempo, identificava a presença de novos agentes sociais que incidiam naquela etapa histórica, se movimentou politicamente através de um taticismo, abruptamente afastado da estratégia, que mudava a tradicional forma de intervenção política dos comunistas, ao tempo em que abria um profundo lapso de compromisso com as rupturas que permitissem passos mais densos no sentido da revolução brasileira.

Entrava em cena um taticismo reformista que referendava as disputas apenas nos marcos da democracia formal, quando os inimigos de classe avançavam na organização da ruptura golpista. O taticismo da direção comunista contribuiu para desarmar a importante presença da militância nas frentes de massas, onde a disputa nas lutas de classes acontecia, confundiu e deseducou a perspectiva estratégica (PINHEIRO, 2014), estimulando um debate que fomentou a divisão interna em um momento que demandava ação política unitária e centralizada para enfrentar o aparato golpista.

O acirramento da luta política, condensada por diversos fatores já identificados nesse artigo, dava sinais de que as idas e vindas das movimentações golpistas operadas e/ou tentadas durante o período do “Intervalo democrático” (1945-1964) estava em processo de desvelamento. Existia uma organização golpista centralizada, com definição nítida dos papéis que caberia aos agentes da ruptura institucional, frações burguesas e militares. Na defesa da ordem institucional, mesmo com interpretações diferenciadas, configurava-se um diverso campo político-ideológico que tinha a presença das bases de apoio do presidente João Goulart, confusos liberais democráticos, uma nova esquerda revolucionária, militares nacionalistas, uma esquerda trabalhista, movimentos populares de luta pela terra, estudantes comprometidos com a pauta das “Reformas de Bases”, militares de baixa patente, entidades nacionais de trabalhadores do campo e das cidades. Esse amplo leque de segmentos antigolpistas não tinha uma ação organizada que pudesse colocar na ordem do dia um consistente enfrentamento ao golpismo, muito menos para operar uma saída revolucionária.

Mas, algumas ações políticas do campo democrático, nacional e popular tentaram reordenar a resistência diante da concreta sinalização do golpe, a exemplo dos levantes de marinheiros, mobilizações levadas à frente pelo CGT²⁴, UNE e Ligas Camponesas, ações do governo a exemplo da regulamentação da remessa de lucros para o exterior (janeiro de 1964), sinalização de uma lei para regular a reforma

agrária, apelo ao povo em comícios para debater as “Reformas de Base”. Mas, essas ações se mostraram, mesmo com ampla participação, frágeis para impedir o golpe.

A cena política foi tensionada com um episódio dos marinheiros no Rio de Janeiro, que no dia 25 de março de 1964 realizaram uma festa para comemorar o aniversário da sua associação, evento proibido pelo comandante da força que, ao ser realizada, determinou a prisão dos organizadores. Contudo, os Fuzileiros designados para tal tarefa se recusaram a cumpri-la, gerando uma crise na marinha que levou o ministro a se demitir.

O episódio removeu os últimos cuidados dos conspiradores militares: com a “revolta dos marinheiros” – e não veio à sua consideração apenas a recente “revolta dos sargentos” em Brasília, mas ainda o conhecido evento da Revolução Russa de 1905, imortalizado por Eisenstein no filme *O encouraçado Potemkin* (1925) – poderiam ganhar a adesão da mídia oficialidade com o forte argumento da “quebra da hierarquia” e da “indisciplina”, prelúdio da “comunização do Brasil”. A cúpula golpista (na qual se destacavam Castelo Branco, Golbery do Couto e Silva, Cordeiro de Farias, Grün Moss, Odílio Denis, Sílvio Heck, Orlando Geisel, Ademar Queiroz) concertou, então e com o conhecimento da embaixada norte-americana, desfechar o golpe na primeira semana de abril. (NETTO, 2014, p. 67)

Durante todo aquele período político do “Intervalo democrático”, ocorreram diversas conspirações das frações burguesas através da sua representação política, a exemplo da UDN e do PSD, esse último também agindo como representação dos latifundiários. Embora também existissem representações dessas forças golpistas em outras pequenas representações do partido da ordem. Mas, para além desse complexo golpista na ordem política, houve em grande medida o envolvimento dos militares que se articulavam a partir da eleição do general Eurico Gaspar Dutra para presidente.

Esses militares das três forças, passaram a se movimentar para exercer um novo papel, que operou uma modificação na formação das academias militares, que teve ação decisiva no treinamento ideológico dos altos extratos da oficialidade e que, paulatinamente, foi modificando a lógica de controle político das Forças Armadas, que passaram a dirigir toda essa ação no sentido da lógica da Segurança Nacional, reformatada para a visão de que o inimigo principal do Brasil eram as forças políticas de esquerda, os comunistas e o amplo leque das organizações e lutas do bloco nacional e popular. Todo esse complexo do corpo militar, reconfigurado pelas novas bases ideológicas, afirmavam a importância da subalternidade à política externa dos EUA e a necessidade de atacar os comunistas, esses seriam objetivamente os “inimigos do Brasil”.

Então, é preciso ver o que está por trás das Forças Armadas. O Estado Novo de 1937 a 1945, anterior ao período que estamos estudando, era uma ditadura, instalada e mantida pelas Forças Armadas. Mas ditadura exercida por um civil que foi Getúlio Vargas. Por que houve o golpe de 1937? Por que ocorreram as tentativas, às vezes vitoriosas, de 1945, 1954, 1955, 1961, 1964? Porque as Forças Armadas foram instrumentalizadas, manipuladas, mobilizadas pelas forças políticas mais conservadoras, quando não reacionárias, que esse país conheceu. Então, a fachada militar das ditaduras esconde seu conteúdo profundamente reacionário, o conteúdo que resultou da mobilização das forças mais retrógradas da sociedade brasileira. (SODRÉ, 2016, p. 128)

Essa conspiração da burguesia brasileira consorciada à burguesia internacional, subalterna no processo de predomínio das relações sociais de produção ao capitalismo monopolista, gerou a condensação das contradições que permitiu a configuração da crise política. Todo esse arcabouço, que

instrumentalizou o sentido das disputas naquele cenário impactou densamente o quadro da intervenção das classes em disputa, na operação que deveria ser desfechada no Brasil.

...É preciso reservar para o conceito de crise política o campo de uma situação particular de condensação das contradições, e isto vale igualmente para a fase atual do capitalismo, mesmo se estas crises figuram aqui num contexto geral e permanente de instabilidade muito particular (acentuação, própria da fase atual, dos elementos de crise política). Em suma, a crise política consiste em uma série de traços particulares resultantes desta condensação das contradições no domínio político, e que afetam tanto as relações de classe em sua luta política como os aparelhos de Estado. (POULANTZAS, 1977, p. 9)

A crise política, estabelecida através da condensação de contradições, entra em fase de operação militar com a movimentação das forças golpistas. Portanto, se consolidou o aparato da intervenção com a organização das frações burguesas e a operação dos militares, com o caráter ideológico de um golpe de direita que deixaria aberta a porta para, se necessário, colocar em ação o roteiro de inspiração neofascista. Afinal, é um período marcado por impasses e contradições que se avolumaram para a crise política. Contradições da crise econômica, dos impasses da disputa ideológica, do esgarçamento no sentido de representação de classe, da crise na estrutura dos aparelhos de Estado. A sinalização é de que toda essa operação burgo-militar foi realizada para implementar um modelo de capitalismo monopolista com intensa participação gerencial do Estado, enquanto instrumento da modernização autocrática tão exigida pelas frações burguesas e pela tecnocracia militar.

O golpe teve, portanto, o papel já em andamento na América Latina, de introduzir uma nova ordem para o processo de acumulação de capital, agiria na contenção de possíveis ganhos na renda da classe trabalhadora, operaria para tornar ilegal toda manifestação por liberdades democráticas e de forma ditatorial criminalizaria a ação da esquerda e das organizações que representavam os trabalhadores do campo e das cidades, bem com qualquer iniciativa de lutas populares e estudantis.

Apresentou-se, com a ruptura institucional de 1º de abril de 1964, um novo papel para o capitalismo na periferia do sistema mundial e para o Estado no Brasil. Mas, também podemos identificar outros sentidos, apesar das difusas categorias explicativas utilizadas, que seriam operados pela nova “conquista do Estado”:

O autoritarismo implantado em 1964, apoiado pela coalização civil-militar que reunia liberais e autoritários, tinha dois objetivos políticos básicos.

O primeiro objetivo era destruir uma elite política e intelectual reformista cada vez mais encastelada no Estado. As cassações e os inquéritos policial-militares (IPM) foram os instrumentos para tal fim. Um rápido exame nas listas de cassados demonstra o alvo do autoritarismo institucional do regime: lideranças políticas, lideranças militares (da alta e da baixa patente) comprometidas com o reformismo trabalhista. Entre os intelectuais, os ideólogos e quadros técnicos do regime deposto foram cassados, enquanto os artistas e escritores de esquerda foram preservados em um primeiro momento, embora constantemente achacados pelo furor investigativo dos IPM, comandados por coronéis da linha dura.

O segundo objetivo, não menos importante, era cortar os eventuais laços organizativos entre elite política e intelectual e os movimentos sociais de base popular, como o movimento operário e camponês. Aliás, para eles, não foi preciso operar o AI-5 para desencadear uma forte repressão policial e política. Para os operários já havia a CLT, talvez a única herança política de tradição getulista que não foi questionada pelos novos

donos do poder. A partir dela, diretorias eleitas eram destituídas e sindicatos eram postos sob intervenção federal do Ministério do Trabalho. Para os camponeses, havia a violência privada dos coronéis dos rincões do Brasil, apoiados pelos seus jagunços particulares e pelas polícias estaduais. (NAPOLITANO, 2016, p. 70-71)

As características do golpe burguês e militar

O golpe de classe se estabeleceu e operou, através da violência institucional exercida pelos militares, um novo formato para a resolução dos conflitos e para o comando do Estado capitalista. Independente do revisionismo histórico que prosperou nas últimas décadas sobre a caracterização da ditadura, é importante registrar que:

A expressão “ditadura militar” não pretende explicitar o conteúdo social, mas sim o modo de exercício do poder político daquele regime. Entre 1964 e 1985, a cúpula do aparelho militar monopolizou o controle do Executivo federal e recorreu ao terrorismo de Estado, notadamente à tortura sistemática dos presos políticos, para aniquilar a resistência clandestina. Os “civis”, entendamos, os delegados da grande indústria, da alta finança e do latifúndio, participaram dos governos ditatoriais, mas nas situações graves a decisão em última instância pertencia aos generais de quatro estrelas e de garras afiadas. (MORAES, 2020, p.87)

As disputas que marcaram as marchas e contramarchas do cenário político, eram no campo da direita caracterizadas pelo teor das manifestações que pregavam a ruptura institucional, com questionamentos sobre o papel da inflação/carestia, ocorrendo inclusive marchas de “donas de casa” batendo painéis em via pública em alguns estados da federação; manifestações de católicos para atacar os comunistas, auto intituladas “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” que basicamente ocorreram entre 19 de março e 8 de junho de 1964, afirmando que os comunistas e a esquerda seriam os agitadores que queriam destruir o Brasil, e defendendo a ruptura golpista, entre outras aparições públicas desse campo ideológico. Nessa contenda da luta de classes, a esquerda e organizações sindicais, camponesas e populares incentivaram atos públicos, comícios, greves, manifestações democráticas, etc. Contudo, a força da estrutura militar foi decisiva para desfechar o golpe e realizar o rearranjo institucional. Tudo, após o golpe, passava pelo crivo dos militares que exerciam o controle do poder. Nesse contexto é necessário entender, também, as contradições entre as frações de classes internas e a burguesia internacional no sentido da ruptura:

Por que se dá o golpe? Devido às restrições da aliança de classes que estava no poder e ao deslocamento que, nessa aliança, algumas sofrem em detrimento das outras. A burguesia brasileira estava sendo deslocada, pelo próprio processo da expansão capitalista, de seu lugar central; ela não era mais a única detentora de um poder de classe dominante, senão que, devido ao crescimento e à recepção dos capitais internacionais, aquele lugar estava sendo ocupado por outro ator, união de classes, não cordial. Evidentemente, a burguesia não desapareceu, mas perdeu importância; ou melhor, exclusividade; compete, então, com a burguesia internacional no comando da economia brasileira. Ao longo dos últimos 30 anos, ela sofre um importante deslocamento em alguns setores; por exemplo, automobilístico, de onde ela foi varrida pelas empresas internacionais. (OLIVEIRA, 2016, p. 33)

Posteriormente ao golpe, passamos a ter manifestações da direita em apoio à ruptura institucional até meados de 1964 e o completo impedimento de manifestação para aqueles que protestavam contra a ordem golpista implantada no país. A imprensa corporativa funcionou como um

potente instrumento de divulgação dos golpistas e de perseguição aos democratas, líderes sociais e comunistas. Estava formado um Estado persecutório para gerir a ordem capitalista no Brasil, a partir da Doutrina de Segurança Nacional que agia a partir de algumas premissas que, por não serem estanques, levavam em consideração o cenário interno ao Brasil e as possibilidades de mudanças na ordem mundial.

Para a Doutrina de Segurança nacional, a questão central é a garantia da segurança interna, que exige duas condições: a criação de um aparato repressivo, encimado por uma rede de informações que permita detectar o “inimigo interno” (os “subversivos”), capaz de neutralizá-lo/eliminá-lo, e a implementação de uma política de desenvolvimento econômico, eficiente e assentada no planejamento para assegurar a força militar do Estado. A Doutrina de Segurança Nacional vai além, como se vê nessas duas condições, da dimensão repressiva (que lhe é essencial, mas não suficiente): ela envolve um modelo de economia com dois traços – de uma parte, opta expressamente por um sistema capitalista sob forte intervenção estatal, de outra, o crescimento econômico não tem por objetivo o atendimento das necessidades básicas da população (este pode ser um resultado secundário do crescimento), mas o fortalecimento e a consolidação militar do Estado. Conforme a Doutrina de Segurança Nacional, o Estado – perseguindo os chamados “objetivos nacionais permanentes”, definidos e determinados pelas elites nele representadas – coloca-se como um ente acima da sociedade, a fim de “defende-la”. Assim, para servir a esses fins e nas condições dos anos 1960, o Estado brasileiro requeria transformações – e os golpistas de abril as implementaram, num processo que alguns autores designaram como “modernização conservadora”. (NETTO, 2014, p. 87)

A Maria Helena Moreira Alves desenvolve, também, uma interpretação desse fenômeno da Doutrina de Segurança Nacional e desenvolvimento a partir de alguns apontamentos:

Margaret Crahan identificou as origens da ideologia de segurança nacional na América Latina já no século XIX, no Brasil, e no início do século XX, na Argentina e no Chile. Elas vinculam-se então a teorias geopolíticas, ao antimarxismo e às tendências conservadoras do pensamento social católico, expressas por organizações como a Opus Dei, na Espanha, e a Action Française.

Com o advento da guerra fria, elementos da teoria da guerra total e do confronto inevitável das duas superpotências incorporaram-se à ideologia da segurança nacional na América Latina. A forma específica por ela assumida na região enfatizava a “segurança interna” em face da ameaça de “ação indireta” do comunismo. Desse modo, enquanto os teóricos americanos da segurança nacional privilegiavam o conceito de guerra total e a estratégia nuclear, e os franceses, já envolvidos na guerra da Argélia, concentravam suas atenções na guerra limitada como resposta à ameaça comunista, os latino-americanos, preocupados com o crescimento de movimentos sociais da classe trabalhadora, enfatizaram a ameaça da subversão interna e da guerra revolucionária. Além disso, a ideologia latino-americana de segurança nacional, especialmente em sua variante brasileira, volta-se especificamente para a ligação entre desenvolvimento econômico e segurança interna e externa. (MOREIRA ALVES, 1985, p. 33)

Temos ainda a reflexão do Joseph Comblin sobre essa questão basilar, como algo importante para o controle do Estado no período da disputa da guerra fria, entre outros fatores, mas também como algo importante para o controle do poder.

[...] a Doutrina de Segurança Nacional é uma extraordinária simplificação do homem e dos problemas humanos. Em sua concepção, a guerra e a estratégia tornam-se única realidade e a resposta a tudo. Por causa disso, a Doutrina escraviza os espíritos e os corpos. Sendo um sistema muito aplicado na América Latina, ela ultrapassa esse continente para ameaçar todo o Ocidente. Na verdade, a guerra parece ter se tornado a última palavra, o último recurso da civilização contemporânea. (COMBLIN, 1978, p. 17)

Essa ideologia configurada na “Doutrina da Segurança Nacional”, com base nos termos apresentados anteriormente, decreta atos jurídicos que atentam contra a democracia formal, a exemplo do Ato Institucional n.º. 1 que promove um amplo conjunto de cassação de lideranças políticas, sociais e militares, abrindo a lista com a cassação do secretário geral do Partido Comunista Brasileiro, o lendário Luiz Carlos Prestes. O governo ditatorial, tendo à frente o general Castelo Branco²⁵, avançou no sentido de afirmar a ordem discricionária com medidas de caráter reacionário para controlar a cena política brasileira. Paulatinamente, o governo decreta “atos institucionais” para enquadrar o exercício do jogo político e eliminar competidores importantes, afastar lideranças expressivas e cassar as entidades representativas do campo operário, popular, camponês e estudantil.

Esse processo de controle político e perseguição dos contestadores da ordem se estabeleceu do começo do golpe burgo-militar até o começo da crise da ditadura entre o final dos anos 1970 e começo dos anos 1980, com prisões, tortura generalizada, assassinatos, desaparecimento de corpos e a fuga de militantes para o exílio (PINHEIRO, 2021). A ditadura, mesmo quando em crise, momento que começou a formular o processo de “abertura política”, não deixou de praticar o terrorismo de Estado.

Os governos da ditadura iniciados pelo golpe – Castelo Branco, Costa e Silva, Junta Militar diante do impedimento de Costa e Silva e o governo Emílio G. Médici, foram instrumentos de intensa repressão política da esquerda, dos diversos movimentos populares e sindicais, da resistência ao regime e às liberdades democráticas. O governo Ernesto Geisel, que é para muitos analistas um governo de transição para a “abertura política”, executou uma intensa política de repressão que foi responsável, com suas operações²⁶, pelo assassinato de militantes e dirigentes do PCB.

O governo do general João Batista Figueredo foi o último dos governos da ditadura, que se encerrou com o processo de transição pactuada entre militares, parlamento, frações burguesas e políticos de oposição com posições liberais democráticas²⁷. É importante registrar a forte pressão exercida pelo movimento operário e popular, o movimento estudantil, o movimento camponês e dos trabalhadores sem-terra, bem como as lutas das mulheres e movimentos sociais para pôr fim à ditadura que durou 21 anos.

Em maior ou menor intensidade os governos da ditadura, para além da repressão efetuada pelo terrorismo de Estado, censurou a imprensa (FICO, 2007), perseguiu o mundo artístico e intelectual (RIDENTI, 2010), aplicou um impactante arrocho salarial (COSTA, 1997), protegeu as diversas frações burguesas para que elas efetivassem um intenso processo de espoliação da classe trabalhadora e extraísse uma profunda mais-valia, com grande acumulação de capital. Mas, também, atacou violentamente as populações quilombolas e ribeirinhas, constituiu políticas de perseguição e controle dos povos indígenas em suas várias etnias.

A ditadura criou um arcabouço jurídico-político de exceção para controlar o Estado e a sociedade, para evitar o protesto social e político, para perseguir os movimentos de resistência e para cassar os divergentes nos parlamentos, nos tribunais do poder judiciário, no serviço público, nos sindicatos e nos cargos de chefia do poder municipal (prefeitos), etc. Essa lógica, jurídico-política de exceção, teve seu ápice com o aprofundamento da autonomização dos militares que agiam de forma

bonapartista no controle do Estado para atender aos interesses das frações burguesas no novo ciclo de acumulação do capitalismo monopolista. Esse ápice é colocado em funcionamento com a decretação do Ato Institucional nº. 5, no dia 13 de dezembro de 1968.

Presidido por Costa e Silva, o Conselho Nacional de Segurança/CNS baixou o Ato de exceção, contendo 6 parágrafos e 12 artigos. Tratava-se de um ato político que não tinha prazo estipulado e que deu ao executivo ditatorial o poder discricionário de:

1. Fechar o Parlamento brasileiro, do Senado à Câmara de Vereadores.
2. Cassar mandatos em todos os níveis.
3. Suspender por 10 anos os direitos políticos dos cidadãos.
4. Demitir, punir, remover, suspender ou aposentar funcionários públicos.
5. Punir, demitir, remover, suspender as garantias de vitaliciedade ou aposentar juízes.
6. Declarar estado de sítio.
7. Confiscar bens por corrupção.
8. Suspensão da garantia do habeas corpus.
9. Julgamento de “crimes políticos por tribunais militares”.
10. Legislar por decretos e baixar outros atos institucionais.
11. Proibição de apreciação pelo judiciário de recursos impetrados por pessoas atingidas pelo AI-5.

Portanto, os réus julgados pelos tribunais militares não teriam direito a recursos.

Tratava-se da construção da mais ampla forma do exercício da antipolítica do Estado capitalista de exceção, o AI-5 valeu como norma jurídica desse Estado durante 10 anos e 18 dias. Nesse longo período, esse instrumento de dominação/coerção puniu milhares de funcionários públicos (civis e militares), professores, membros do Poder Judiciário, profissionais liberais, cassou centenas de mandatos populares (30 prefeitos, 113 deputados federais e senadores, 190 deputados estaduais e 38 vereadores), censurou 200 livros, mais de 500 filmes e mais de 450 peças teatrais. (PINHEIRO, 2021, p. 88-89)

Do ponto de vista da economia as ideias dos ideólogos (Gudin, Bulhões, Campos, Simonsen e Delfin)²⁸ tiveram diferentes aplicabilidades dentro da condução dos diversos governos da ditadura. Algumas características podem ser sinalizadas, a exemplo da elaboração do PAEG²⁹, da ortodoxa política de combate à inflação, dos benefícios para atrair o capital estrangeiro e seu consequente retorno, diminuição da massa salarial, crescimento das exportações, dinamização do mercado de capitais, criação de enormes projetos agrário-minerais, os dois PNDs³⁰ lançando a ideologia do Brasil potência, as relações de subordinação ao FMI³¹ e o chamado “milagre brasileiro” funcionando, também, como representação político-ideológica para a propaganda oficial no ambiente societário da conquista da copa do mundo de futebol, em 1970.

No período que se abre em 1968 e se estende até 1973, houve uma expansão acelerada da economia brasileira, que a equipe econômica da época batizou de “milagre econômico”, atribuindo-o ao chamado “modelo brasileiro de desenvolvimento”.

A rigor, como veremos, as causas principais do crescimento acelerado do período podem ser encontradas no processo anterior de desenvolvimento – portanto, no período em que a característica independente predominou na economia nacional.

[...] Uma demonstração cabal do significado do processo anterior no período do “milagre” é o fato de que a etapa de reanimação, que vai de 1968 a 1970, deveu-se basicamente à utilização de capacidade ociosa – portanto, à utilização de capacidade produtiva gerada anteriormente. Essa ociosidade do aparato produtivo tinha sido criada principalmente no período de estagnação econômica de 1963 a 1967. (SOUZA, 2007, p. 76)

A ditadura burgo-militar dava sinais iniciais de exaustão. Esse modelo de poder que foi constituído pelas frações burguesas internas (articuladas ao capitalismo internacional) com a burocracia militar de Estado, que em última instância operou o golpe e a ruptura institucional, e manteve a gerência do Estado (com intensa participação da tecnocracia militar) começava a ter fissuras na soldagem da aliança e na operação da política.

Do período inicial de consolidação do arcabouço jurídico-político (1964-1967) ao momento de intensificação da repressão política do AI-5 e das ações comandada pelos “porões da ditadura (1968-1976), ocorreram conflitos importantes na sociedade, mesmo com a tutela dos militares e seus aliados: grandes manifestações de resistência estudantil em 1968, greves operárias, a exemplo de Osasco e Contagem (1968), reação artística e cultural, enfrentamento armado à ditadura, mudança no comportamento da Igreja Católica (evidenciando alguns questionamentos ao regime), formação de um bloco de forças políticas opositoras no MDB³², mudança na composição dos parlamentos federal/estaduais, municipais e no executivo de cidades importantes (com prefeitos de oposição ao regime) a partir das eleições de 1974 e 1976, respectivamente. A repercussão do chamado “Pacote de Abril” de 1977 que tinha como objetivo mudar a correlação de forças no Senado. Diversas cobranças públicas de entidades como a OAB³³ sobre a repressão política do governo e a falta de liberdades democráticas, alteração no cenário internacional, avanço da crise econômica, questionamento, embora tímido, de oficiais de alta patente das Forças Armadas sobre o papel da ditadura, e o despertar de lutas populares, etc.

Posteriormente a esse período, as movimentações em defesa do retorno à democracia formal se avolumaram com as eleições de 1978, com denúncias internacionais sobre a questão da violação dos direitos humanos no Brasil, com o acordo que aprovou a chamada “Lei de Anistia”, com a movimentação da classe trabalhadora no “ABC Paulista”, com diversas greves que ocorreram no maior parque industrial do país e, posteriormente, a reforma política que permitiu o retorno ao pluripartidarismo (com exceção dos comunistas³⁴) para que novos partidos fossem formados, legalizados e pudessem disputar as eleições de 1982.

A esquerda, reconfigurações e controvérsias no enfrentamento à ditadura

Um processo importante de reestruturação da esquerda estava em movimento desde os anos 1930. Não só o “racha” dos trotskistas no PCB em virtude da reconfiguração do movimento comunista internacional, com a formação orgânica do que se convencionou chamar de “Oposição de Esquerda”³⁵, mas, também novos agrupamentos políticos. Esse novo perfil político e orgânico trazia um conjunto diverso de organizações: trotskistas, juventude trabalhista de esquerda, nacionalistas revolucionários que defendiam a radicalidade política para implantar reformas estruturantes, militares nacionalistas dispostos a enfrentar os governos para mudar o cenário nacional e o papel do Estado, organização da juventude católica com posições revolucionárias para intervir na realidade brasileira e entidades que pensavam o Brasil a partir de um projeto estratégico.

No ambiente interno ao PCB, para além das posições liquidacionistas que tiveram inspiração na interpretação política do pós-segunda guerra mundial, tiveram debates sobre a questão Stálin em variadas perspectivas. Após esses debates e fissuras, ocorreu em fevereiro de 1962 uma pequena defecção no PCB, ocasionada por divergências sobre as resoluções emanadas da “Declaração de Março de 1958” e o V Congresso de 1960. Surgiu uma nova organização do campo comunista, autodenominada PC do B³⁶, se reivindicando a continuidade do PCB, mas que também surgia em virtude de questões ainda oriundas do XX Congresso do PCUS, do debate sobre o “legado” de Stálin e da nova perspectiva que estava em cena no Movimento Comunista Internacional (MCI) que era o maoísmo de Estado, na China.

O PCB, matriz fundante da esquerda revolucionária, longo operador político³⁷ dos comunistas brasileiros, constituiu um conjunto expressivo de formulações e resoluções a partir do desgaste do chamado “Manifesto de Agosto de 1950” que passou a orientar a ação política do partido no sentido da via democrática e nacional para o socialismo. Essas formulações, resoluções e orientações indicavam a necessidade de maior integração do partido na estrutura política da democracia formal estabelecida pela ordem burguesa do Estado capitalista.

Foram documentos inovadores do ponto de vista de uma nova compreensão sobre o papel da democracia, mas que também examinava aspectos importantes da organização do Estado capitalista. Contudo, um esforço intelectual que ainda era pautado pela interpretação da chamada “teoria consagrada”, contida nas resoluções da III Internacional Comunista (IC), que definia e caracterizava em blocos a formação social e as lutas a serem desenvolvidas nos países do centro e/ou na periferia do sistema capitalista (PINHEIRO, 2011).

Podemos reafirmar que as contradições do final da década de 1950 no Brasil, a inspiração que advinha da Revolução cubana, os impasses apresentados na cena política no começo dos anos 1960 com a eleição e a renúncia de Jânio Quadros, a disputa pela posse de João Goulart, o crescimento das lutas populares, a constante ameaça golpista da direita no Brasil, a ruptura institucional, entre outros fatores, contribuíram para fazer avançar um taticismo no PCB que conspirava contra a estratégia revolucionária. Portanto, essas questões introduziram um grande debate na direção do partido. Talvez essa rica discussão pudesse ter sido dirimida pelos debates que deveriam ocorrer no convocado VI Congresso do partido. Todavia, o golpe burgo-militar de 1964 impediu a realização do congresso e abriu uma profunda crise política e orgânica no PCB.

Naquele momento apresentou-se no debate interno ao Comitê Central (CC) um conjunto importante de dirigentes, quadros que tinham presença histórica nas lutas políticas e sociais do Brasil, com críticas contundentes à tática apresentada pelo partido em sua ação política naquele período de intensa luta de classes e ruptura institucional. Foi forjado internamente, também naquele momento, por um conjunto expressivo de militantes, um forte descontentamento com a política do partido que advinha de 1958-1960. E, por outro lado, a maioria da direção (com seu prestígio moral, político e histórico) com a maioria da militância se mantinham na defesa das formulações e resoluções que foram apresentadas a partir daquele período (1958-1960).

Diante das dificuldades políticas e orgânicas, oriundas, principalmente do novo cenário imposto pelo golpe e pela ditadura, o PCB resolveu realizar o VI Congresso, mesmo nas mais difíceis condições da clandestinidade. As teses foram publicadas em julho de 1966, no jornal *Voz Operária*. O debate, mesmo em condições impostas pela perseguição política dos golpistas, teve intensa repercussão e terminou por constituir o maior “racha” político e orgânico da história da esquerda e dos comunistas no Brasil. A via de combate à ditadura foi o centro desídiá: lutas articuladas pela frente ampla democrática versus o enfrentamento armado. O desfecho do congresso consolidou a ruptura interna, tornando possível o surgimento de diversas organizações políticas que iriam para o enfrentamento armado à ditadura.

Surgiram o PCBR³⁸, ALN³⁹, a chamada Dissidência da Guanabara que formaria o MR-8⁴⁰. Outras organizações com foco na luta armada não saíram necessariamente do PCB: VPR⁴¹ teve origem na POLOP, a Ala Vermelha⁴² e o PCR⁴³ no PC do B. Pequenas organizações políticas foram formadas tendo como opção a luta armada, a exemplo de grupos militares nacionalistas, o “maoísmo católico” foi a base organizativa e política dos estudantes da AP⁴⁴ pela luta armada, um pouco mais para a frente foi formada, também para ações de combate armado, PRT⁴⁵, COLINA⁴⁶, AP-ML⁴⁷, REDE⁴⁸, a VAR-Palmares⁴⁹ que surgiu da fusão da VPR e da COLINA, mesmo que posteriormente ressurgisse a VPR, MNR⁵⁰, entre outras organizações. No campo das organizações trotskistas, o POR (T) teve uma inclinação pela luta armada, mas posteriormente se afastou dessa possibilidade. Contudo, é importante fazer um registro:

Os agrupamentos trotskistas ortodoxos rejeitaram o foquismo e a estratégia chinesa da guerra popular. Sob o enfoque da revolução permanente, continuaram a se inspirar no modelo insurrecional soviético, seja no aspecto tático, seja no objetivo estratégico da ditadura do proletariado. Em consequência, atribuíram prioridade às lutas da classe operária nas cidades sob a direção do partido de vanguarda. Os trotskistas defendiam o caminho armado para a conquista do poder, porém recusaram o terrorismo e a luta armada isolada das massas. (GORENDER, 1987, p. 83)

No começo da década de 1970 a resistência principal da luta armada urbana foi destruída pela repressão da ditadura. No entanto, a partir de 1967, o PC do B havia começado a organizar uma luta armada no campo, a chamada “Guerrilha do Araguaia”, que durou até 1974, sendo assassinados pela repressão militar dezenas de valorosos militantes políticos da esquerda revolucionária brasileira, a exemplo de Maurício Grabois, Osvaldão, Helenira Resende, Dinalva Oliveira Teixeira, João Carlos Haas Sobrinho, André Grabois, etc. Essa reação armada, urbana e rural, foi “controlada” com prisões, torturas, perseguições, assassinatos de opositores da ditadura, exílio, etc.

Após a derrota político-orgânica do instrumento da luta armada na resistência e combate à ditadura, surgiu na cena política, com maior intensidade, um protagonismo difuso de setores da chamada “Resistência Democrática” à ditadura. Esse movimento caracterizou-se por uma ampla articulação de setores liberais democráticos, dissidentes do regime de exceção, setores de esquerda (em especial o PCB), com inicial pressão estudantil e operário-popular, no sentido da negociação política que possibilitasse a transição pactuada para a democracia formal.

No entanto, essa “articulação política por cima”, à exceção do PCB, não tinha como pauta os aspectos mais concretos que interessavam ao conjunto do movimento popular e proletário. O protagonismo do processo de transição pactuada estava sendo exercido por políticos que representavam algumas frações da burguesia interna e militares que optaram pela abertura política. Essa lógica comprometeu o sentido da transição e a ordem democrática posterior ao regime militar.

A primeira observação é que mesmo o PCB sendo atacado violentamente pela repressão da ditadura, ainda era naquele momento do debate sobre a transição, o principal protagonista da esquerda brasileira. Era reconhecido como importante operador político da classe trabalhadora e representante da noção de comunismo no Brasil. Porém, a interpretação que o partido expressava sobre o Brasil estava muito impregnada de uma herança etapista e taticista, elaborada a partir de um déficit teórico sobre as categorias marxistas que poderiam ajudar a desvelar a realidade concreta, contida na formação social e no modo de produção capitalista. O partido estava marcado por uma procura atávica pelo espaço político da democracia formal, que, como sabemos, é a base jurídico-política da ordem do capital e do Estado capitalista brasileiro.

Contudo, é importante informar que não deixa de ser relevante a questão da resistência à ditadura passar, também, por articulações que agregassem os liberais democratas, descontentes oriundos das fileiras do regime ditatorial e organizações representativas da difusa sociedade civil, para construir um forte movimento de superação do regime burgo-militar de 1964. No entanto, o papel principal dos comunistas dentro dessa “Frente Democrática” devia ser defender o protagonismo da esquerda e dos interesses populares e proletários no processo de transição.

[...] Penso que, para chegarmos à construção de uma efetiva frente democrática de todas as forças que se opõem ao atual regime, é necessário que se unam as forças de “esquerda” – quer dizer, aquelas que lutam pelo socialismo – no trabalho decisivo de organização das massas “de baixo para cima”; que elas se aglutinem, sem excluir também entendimentos entre dirigentes, com base numa plataforma de unidade de ação, e que, dessa maneira, cheguem a reunir em torno de si os demais setores oposicionistas, tornando-se a força motriz da frente democrática. Esta é a perspectiva revolucionária de encaminhamento da luta contra a ditadura, a que mais interessa à classe trabalhadora e a todos os trabalhadores. (PRESTES, 1980, p. 30)

Essa forma difusa de fazer a disputa interna no processo de construção da transição da ditadura para a democracia formal, subalternizou a política do PCB e consolidou o afastamento dos interesses da classe trabalhadora naquela articulação. Os passos no sentido da transição, mesmo com a intervenção autônoma da classe trabalhadora e movimentos sociais contestadores, tiveram a centralidade ditada pela articulação por cima, entre os novos parceiros da ordem burguesa que seriam o futuro bloco no poder.

As intensas manifestações da classe trabalhadora no campo e nas lutas operárias das cidades, a exemplo das greves do ABC paulista, impulsionaram o processo de abertura política. Mesmo com os últimos espasmos dos porões que organizavam o terrorismo de Estado para manter a ditadura (assassinatos no campo, atentados contra bancas de jornais que vendiam os semanários da imprensa alternativa, atentado contra a OAB com a morte de uma funcionária, atentado que não deu certo no

Riocentro, mas que vitimou os terroristas do exército, etc.) a lógica da abertura política a partir da força da resistência democrática prevaleceu.

A reforma político-institucional permitiu que se tivesse eleições gerais em 1982 para governadores, senadores, deputados federais, deputados estaduais, prefeitos e vereadores, a exceção das cidades que eram identificadas como áreas de segurança nacional. Esse processo eleitoral, que teve a participação do PT, mas não permitiu a presença do PCB (que terminou lançando candidaturas pelo PMDB⁵¹), consolidou uma importante vitória das forças democráticas em vários estados da federação, a exemplo de São Paulo (Franco Montoro), Leonel Brizola (Rio de Janeiro), Tancredo Neves (Minas Gerais) e diversos outros governadores de oposição ao regime ditatorial.

A distensão política avançava em virtude da pressão social produzidas pelas lutas proletárias e populares. Entrou em debate nos espaços de contestação à ditadura o tema das “Eleições Diretas”, como estratégia soberana para pôr fim ao regime militar. Um deputado de oposição, Dante de Oliveira, apresentou uma emenda constitucional popularmente conhecida como “Diretas, Já”. A oposição democrática se mobilizou, os setores populares e proletários se engajaram nessa campanha, o PCB participou, forças de esquerda se organizaram para formar um bloco em defesa das “Diretas”. Contudo, essa campanha das “Diretas Já” (NERY, 2012), embora tenha sido um amplo movimento em defesa da democracia burguesa, mobilizou milhões de trabalhadores e o povo geral nos diversos comícios e atos pelo Brasil, terminou por ser derrotada quando da votação no parlamento brasileiro.

Mesmo com a derrota da emenda sobre as eleições diretas para presidente, o quadro político avançou para o fechamento do último governo da ditadura, comandado pelo general João Batista de Oliveira Figueiredo. O pacto da transição permitiu a saída dos generais do poder através da eleição no colégio eleitoral e, posteriormente, tivemos eleições diretas para as cidades que eram consideradas áreas de segurança nacional.

O retorno a ordem da democracia burguesa da forma como foi operada na transição brasileira, preservou sentidos e interesses dos antigos consorciados que deram o golpe de 1964 (frações burguesas e militares). Os militares pensaram uma transição “lenta e gradual” que não tivessem abalos que colocassem em risco o papel deles no novo período político, que preservasse o sentido de suas ações, que não colocasse em risco sua herança política e que a nova configuração jurídica do Estado não exercesse nenhuma ameaça sobre eles. A razão do conflito-integração da sociedade versus o Estado (NAPOLITANO, 2016) foi reconfigurada e operada pela nova estrutura da democracia formal do Estado capitalista.

O colégio eleitoral foi organizado para a disputa que elegeria o próximo presidente, houve uma disputa entre o representante da ditadura (Paulo Maluf) e o representante da oposição burguesa (Tancredo Neves), com apoio de segmentos da esquerda, inclusive o PCB e o PC do B. Venceu a oposição, o presidente eleito não pode tomar posse em virtude de problemas graves de saúde, vindo a falecer em 21 de abril de 1985. O vice-presidente dessa ampla articulação política, José Sarney (ex-presidente do partido do governo ditatorial), tomou posse e consolidou o poder burguês no processo de transição, sem abalos para os criminosos dos quartéis que operaram o terrorismo de Estado e a ruptura institucional de 1964.

Breves considerações à guisa de uma conclusão

Os enfrentamentos no congresso nacional, as lutas sociais, populares e proletárias após a eleição do presidente no Colégio eleitoral, incidiram sobre a necessidade de se convocar um processo constituinte que reconfigurasse o Estado brasileiro. Independente das propostas da esquerda e das ruas, a constituinte foi convocada tendo como base os deputados federais e senadores eleitos nas eleições de 1986. A Assembleia Nacional Constituinte se transformou em um espaço de disputa de classes, com forte participação das forças populares e proletárias, bem como da representação da esquerda. Em 1985, o PCB e o PC do B foram legalizados, ambos elegeram, cada um, três parlamentares em 1986. Em 1989 ocorreram eleições presidenciais e o PCB lançou candidato para presidência da república.

É importante que na efeméride dos 60 anos do golpe burgo-militar de 1964, que constituiu uma ditadura que “governou” a partir do Estado de exceção durante 21 anos, se possa tirar algumas lições desse processo histórico. São aspectos importantes que confirmam que a lógica da ruptura e continuidade é a marca indelével da transição, que o sentido da participação popular e proletária que seria levada a frente pela esquerda foi reordenada no processo de pactuação da transição, mas que as questões positivas contidas na constituição de 1988 foi a expressão da correlação de forças e da capacidade de enfrentamento político do campo de esquerda, proletário e popular.

Ainda no ambiente das lições que devem ser extraídas desse processo histórico-político, se faz necessário examinar o perfil da nova hegemonia na esquerda e seu caráter social democrata de horizonte tardio. Mas, é também fundamental analisar qual a narrativa que hoje se apresenta como vencedora na memória e na história sobre o golpe de 1964 e sobre a ditadura para amplos setores da população. Afinal, os herdeiros de 1964, se encontram em céu aberto inspirando novas rupturas, estimulando manifestações da extrema direita e orientando ações do neofascismo nesse momento histórico.

A continuidade do bloco burguês, com a preservação de benefícios para os militares, venceu na lógica política que operou a transição da ditadura para a democracia formal. A autocracia burguesa se fortaleceu nesse processo e avançou com os diversos governos pós 1985, inclusive com os governos burgo-petistas. O que superou o PCB na liderança da esquerda foi hegemonizado por forças congregadas no PT e na CUT, que construíram paulatinamente a parceria conflitiva com o capital, ficando hoje cada dia mais longe de qualquer contestação a representação do capital. O mundo do trabalho tem na gerência desse consórcio, PT/CUT, uma vaga representação de lutas por “migalhas” corporativas que são completamente dissociadas de qualquer projeto da classe trabalhadora e da luta pela superação do capital, no entanto, profundamente articulado com o princípio da conciliação de classes e do apassivamento político das massas populares.

A transição da ditadura para a democracia formal, reafirmo, não diminuiu o papel da autocracia burguesa no cenário político brasileiro, pelo contrário, ampliou as balizas por onde a burguesia interna exerce seu poder sobre o Estado e a sociedade. O Estado capitalista, a partir da ideologia neoliberal (SAAD & MORAIS, 2018), aprofundou a conquista da ordem estatal e impôs severas barreiras aos interesses populares e proletários, fazendo, quando muito, algumas concessões para mínimas políticas

sociais focalizadas e algumas ações em benefícios daqueles/as que são atacados em suas identidades pela sociabilidade opressiva da ordem capitalista.

É essencial para as liberdades democráticas que seja superado o arcabouço do Estado de exceção. Se faz necessário rever a lei da anistia, com punição para os criminosos que praticaram o terrorismo de Estado, que não existam mais em nosso país prédios e logradouros públicos com nomes dos integrantes da ditadura, que para efeito de memória e reparação é importante que sejam constituídas novas comissões da verdade e justiça, bem como comissões para examinar a questão dos torturados, mortos e desaparecidos durante o regime burgo-militar.

Hoje, com o advento do bolsonarismo (enquanto representação dessa memória e história da ditadura que não foi superada), as hordas da extrema direita e os neofascistas ameaçam o mínimo das liberdades democráticas e os direitos da classe trabalhadora e do povo. Esse novo “espírito de época”, herdeiro também da capitulação social democrata, ameaça com novos golpes o espaço societário e o progresso da humanidade, estará marcado um novo encontro com a história?

Referências:

- AARÃO REIS, Daniel. O colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. In: FERREIRA, Jorge (Org.). **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- ALVES, Maria H. Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1985.
- BANDEIRA, Luiz A. Moniz. **O governo João Goulart e as lutas sociais no Brasil**. São Paulo: Unesp, 2010.
- BENEVIDES, Maria V. Um golpe de classe? **Lua Nova**, v. 58, p. 255-261, 2003.
- COMBLIN, Joseph. **A ideologia da segurança nacional**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- COSTA, Edmilson. **A política salarial no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 1997.
- CUNHA, Paulo R. **Aconteceu longe demais**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- DREIFUSS, René A. **1964: a conquista do Estado**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1981.
- FERNANDES, Florestan. **Brasil: em compasso de espera**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2011.
- FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de A. Neves (Orgs.). **O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- FICO, Carlos. Espionagem polícia política e censura. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de A. Neves (Org.). **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- FIGUEIREDO, Argelina C. **Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política, 1961-1964**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- GIOVANETTI NETTO, Evaristo. **O PCB na Assembleia Constituinte de 1946**. São Paulo: Novos Rumos, 1986.
- GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada**. São Paulo: Ática, 1987.

LOVATTO, Angélica. **Os cadernos do povo brasileiro e o debate nacionalista nos anos 1960: um projeto de revolução brasileira.** (Tese em Ciências Sociais) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC, São Paulo, 2010.

MELO, Demian (Org.). **A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo.** Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

MORAES, João Quartim de. Configurações históricas da ditadura. **Crítica Marxista**, São Paulo, Ed. Unesp, n. 50, 2020, p. 87.

MOREIRA ALVES, Maria Helena. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984).** Petrópolis/RJ: Vozes, 1985.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: história do regime militar brasileiro.** São Paulo: Contexto, 2016.

NERY, Vanderlei E. **A campanha das Diretas já e a transição brasileira da ditadura militar para a democracia burguesa.** Tese em Ciências Sociais) – Programa de Estudos Pós-graduados em Ciências Sociais da PUC, São Paulo, 2012.

NETTO, Jose Paulo. **Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985).** São Paulo: Cortez, 2014.

OIKAWA, Marcelo. **Porecatu – a guerrilha que os comunistas esqueceram.** São Paulo: Expressão Popular, 2011.

OLIVEIRA, Francisco de. Dilemas e perspectivas da economia brasileira no pré-1964. In: TOLEDO, Caio Navarro de. **1964: visões críticas do golpe.** Campinas/SP: Ed. Unicamp, 2016.

PARKER, Phyllis R. **1964: o papel dos Estados Unidos no golpe de Estado de 31 de março.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

PINHEIRO, Milton & MANZANO, Sofia. O PCB, entre a “União Nacional” e a representação de Classe (1947/1964). In PINHEIRO, Milton (Org.). **Partido Comunista Brasileiro: 100 anos de história e lutas.** Marília/SP: Lutas Anticapital, 2023.

PINHEIRO, Milton; COSTA, Edmilson; IASI, Mauro. **O fogo da conjuntura.** São Paulo: ICP, 2021.

PINHEIRO, Milton. **O PCB e a ruptura da tradição: dos impasses das formulações do exílio ao exílio da política no Brasil (1971-1991).** 2014. Tese (Doutorado em Ciências Sociais/Política) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC/SP.

PINHEIRO, Milton. A ditadura que tentou matar o futuro. In: PINHEIRO, Milton; COSTA, Edmilson; IASI, Mauro. **O fogo da conjuntura.** São Paulo: ICP, 2021.

PINHEIRO, Milton. AI-5: o braço estendido da transição inconclusa. In: PINHEIRO, Milton; COSTA, Edmilson; IASI, Mauro. **O fogo da conjuntura.** São Paulo: ICP, 2021.

PINHEIRO, Milton. (Org.). **Caio Prado Júnior: história e sociedade.** Salvador: Quarteto, 2011.

PINHEIRO, Milton. (Org.). **Partido Comunista Brasileiro: 100 anos de história e lutas.** Marília/SP: Lutas Anticapital, 2023.

POULANTZAS, Nicos. As transformações atuais do Estado, a crise política e a crise do Estado. In: POULANTZAS, Nicos (Org.). **O Estado em crise.** Rio de Janeiro: Graal, 1977.

PRESTES, Luiz Carlos. **Carta aos comunistas.** São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira.** São Paulo: Ed. Unesp, 2010.

RIDENTI, Marcelo. Cultura e Política: os anos 1960-1970 e sua herança. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de A. Neves (Orgs.). **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

SANTANA, Marco Aurélio. **Homens partidos: Comunistas e sindicatos no Brasil**. Rio de Janeiro: Unirio; São Paulo: Boitempo, 2001.

SINGER, Paul. O significado do conflito distributivo no golpe de 1964. In TOLEDO, Caio Navarro de. **1964: visões críticas do golpe**. Campinas/SP: Ed. Unicamp, 2016.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: De Castelo a Tancredo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SAAD FILHO, Alfredo & MORAIS, Lecio. **Brasil: neoliberalismo versus democracia**. São Paulo: Boitempo, 2018.

SODRÉ, Nelson Werneck. Era o golpe de 1964 inevitável? In: TOLEDO, Caio Navarro de. **1964: visões críticas do golpe**. Campinas/SP: Ed. Unicamp, 2016.

SOUZA, Nilson Araújo de. **Economia brasileira contemporânea: de Getúlio a Lula**. São Paulo: Atlas, 2007.

TAVARES, Flávio. **1961, o golpe derrotado: luzes e sombras do movimento da legalidade**. Porto Alegre: L&PM, 2011.

TOLEDO, Caio Navarro de. *1964: Golpismo e democracia*. As falácias do revisionismo. **Crítica Marxista**, São Paulo, n. 19, p.27-48, 2004.

TOLEDO, Caio Navarro de. **1964: visões críticas do golpe**. Campinas/SP: Ed. Unicamp, 2016.

TOLEDO, Caio Navarro de. **ISEB: fábrica de ideologias**. São Paulo: Ática, 1978.

VASQUEZ, Petilda Serva. **Intervalo democrático e sindicalismo – Bahia 1942/1947**. (Dissertação em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas da UFBA, Salvador, 1986.

Notas

¹ Doutor em Ciências Sociais (Política) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP); professor da Universidade do Estado da Bahia (DEDC II-UNEB); membro do diretório de pesquisa Pensamento Político brasileiro e latino-americano: dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/9437503158962112; currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/3036984731279125>; Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-8244-9940>; e-mail: miltonpinheiro@uneb.br

² Em homenagem aos 43 militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB) assassinados pelos governos da ditadura burgo-militar, de 1º de abril de 1964 a 24 de setembro de 1979: Ivan Rocha Aguiar (PE), Antogildo Pascoal Viana (AM), Carlos Schirmer (MG), Pedro Domiense (BA), Manuel Alves de Oliveira (SE), Newton Eduardo de Oliveira (PE), João Alfredo Dias (PB), Pedro Inácio de Araújo (PB), Israel Tavares Roque (BA), Divo Fernandes D'oliveira (SC), Severino Elias de Melo (PB), Inocêncio Pereira Alves (BA), Lucindo Costa (SE), João Roberto Borges de Souza (PB), José Dalmo Guimarães Lins (AL), Francisco da Chagas Pereira (PB), Epaminondas Gomes de Oliveira (MA), Ismael Silva de Jesus (GO), Célio Augusto Guedes (BA), José Mendes de Sá Roriz (CE), Davi Capistrano da Costa (CE – membro do CC), José Roman (SP), João Massena Melo (PE – membro do CC), Luiz Ignácio Maranhão Filho (RN – membro do CC), Walter de Souza Ribeiro (MG – membro do CC), Afonso Henrique Martins Saldanha (PE), Elson Costa (MG – membro do CC), Hiran de Lima Pereira (RN – membro do CC), Jayme Amorin de Miranda (AL – membro do CC), Nestor Veras (SP – membro do CC), Itair José Veloso (MG – membro do CC), Alberto Aleixo (MG), José Ferreira de Almeida (SP), José Maximino de Andrada Netto (MG), Pedro Jerônimo de Souza (CE), José Montenegro de Lima (CE), Orlando da Silva Rosa Bonfim Júnior (ES – membro do CC), Vladimir Herzog (Iugoslávia), Neide Alves Santos (RJ), Manoel Fiel Filho (AL), Feliciano Eugênio Neto (MG), Lourenço Camelo Mesquita (CE) e José Pinheiro Jobim (SP)².

Presentes, sempre!

³ O golpe de Estado de 1964 caracteriza-se pela ação articulada de diversas frações da burguesia interna, organizadas por suas representações em entidades como a FIESP e congêneres, com a participação também de entidades representativas dos latifundiários. Essa classe social detinha o controle de blocos de parlamentares para se fazer representar no parlamento e nos partidos da ordem, com as diferenciadas frações burguesas. Consolidaram no pré 1964 importante ação político-ideológica que foram desenvolvidas por aparatos, a exemplo do IPES, IBAD,

segmentos reacionários da Igreja Católica e mídia corporativa, em consonância com a liderança dos militares na logística da intervenção. O pacto burguês, com amplo apoio do imperialismo estadunidense, foi operado e dirigido pelos militares enquanto burocracia de Estado, agindo acima das classes enquanto instituição, de forma bonapartista para preservar os interesses burgueses. Esses militares se orientavam pela ideologia da segurança nacional, cuja centralidade era o extermínio do inimigo interno. Essa burocracia de Estado, intervindo de forma bonapartista enquanto instituição, autonomizou-se politicamente durante o processo golpista para comandar e gerenciar, a partir de um perfil tecnocrata, o Estado capitalista em seus diversos governos. Construindo, a partir daí, uma forte intervenção na dinâmica social para controlar e tutelar as relações sociais e políticas. Portanto, esse processo político de ruptura institucional e os governos de exceção que duraram 21 anos se configuraram como um golpe e uma ditadura burgo-militar.

⁴ Não utilizo a expressão “Intervalo democrático” a partir da chave interpretativa formulada pela pesquisadora Petilda Serva Vasquez, em seu trabalho *Intervalo democrático e sindicalismo – Bahia 1942/1947*, dissertação de mestrado, Salvador, UFBA, 1986. Trato aqui das prerrogativas que no período de 1945/1964, mesmo com descaminhos parciais da democracia formal, constituiu-se em um período histórico de estabilidade das liberdades democráticas que permitiu o jogo político dentro da ordem burguesa, inclusive com a presença dos comunistas.

⁵ Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), fundado em 29 de novembro de 1961, foi uma das principais agências político-ideológicas que fomentou o golpe de Estado de 1964.

⁶ Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), fundada em maio de 1959, teve importante ação nos acontecimentos golpistas de 1964.

⁷ Escola Superior de Guerra (ESG) que seguia o modelo anticomunista do National War College dos Estados Unidos.

⁸ Partido Comunista Brasileiro (PCB) foi fundado em 25 de março de 1922, tendo hoje 102 anos de existência.

⁹ Armando Mazzo, operário e militante do PCB, também havia sido deputado estadual do PCB, cassado em 1948.

¹⁰ Manoel Calheiros, médico e militante do PCB.

¹¹ Operária tecelã que foi assassinada pela polícia e militares no dia primeiro de maio de 1950 na cidade gaúcha de Rio Grande, juntamente com o pedreiro Euclides Pinto, o portuário Honório Alves de Couto e o ferroviário Osvaldino Correia. Massacre ocorrido durante uma caminhada pacífica dos trabalhadores. Angelina tinha 30 anos e foi morta na frente de sua filha.

¹² Carlos Lacerda ex-governador da Guanabara, fundador da UDN e notório golpista, envolvido na tentativa de deposição de Getúlio Vargas em 1954, articulador da iniciativa de impedir a posse de Juscelino Kubistchek em 1956 e líder golpista em 1964.

¹³ Plínio Salgado foi um quadro dirigente da extrema direita, criador da Ação Integralista Brasileira (AIB), ex-deputado e jornalista, apoiador do golpe de 1964. Na década de 1930 já tinha articulado outros movimentos golpistas.

¹⁴ A União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) foi fundada em 21 de setembro de 1954 durante a II Conferência Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, tendo a destacada participação do PCB e a presença na direção dos comunistas José Porfírio, Lyndolfo Silva e Nestor Veras.

¹⁵ A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) foi fundada em 22 de dezembro de 1963 a partir do encontro de trabalhadores rurais de 18 estados, tendo a frente o líder camponês e militante comunista, Lyndolfo Silva.

¹⁶ Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) criado em 1955, era ligado ao Ministério da Educação, todavia, tinha autonomia político-intelectual. Foi extinto após o golpe burgo-militar de 1964. Teve fundamental papel na formação do pensamento político e social brasileiro, sendo responsável por uma notável produção intelectual.

¹⁷ Informações mais detalhada dessa pesquisa do IBOPE encontram-se em análises do cientista político Antonio Lavareda, sendo que a própria pesquisa está catalogada no Fundo Ibope do arquivo Edgard Leuenroth, na Unicamp.

¹⁸ Adhemar Pereira de Barros foi um empresário e político paulista, parlamentar e ex-candidato à presidência da República, prefeito da cidade de São Paulo de 1957-1961, governador do estado de São Paulo de 1963-1966, sendo cassado pela ditadura ainda em 1966, mesmo tendo sido apoiador do golpe burgo-militar de 1964. Pertencia aos quadros do Partido Social Progressista (PSP) e havia sido interventor em São Paulo durante o chamado “Estado Novo” getulista.

¹⁹ José de Magalhães Pinto foi banqueiro e político mineiro, foi deputado federal por vários mandatos e governador de Minas Gerais de 1961-1966, foi um dos líderes políticos do golpe de 1964, sendo ministro da ditadura, senador e presidente do Senado Federal de 1975-1977.

²⁰ Um conjunto de altos oficiais das Forças Armadas próximos ao presidente João Goulart, nomeados para postos-chave pela relação de confiança que se tinha, foi articulado pelos chefes do Gabinete Militar da Presidência, Amaury

Kruel e Argemiro de Assis Brasil. Alguns integrantes desse dispositivo terminaram por aderir ao golpe, a exemplo do próprio general Amaury Kruel.

²¹ POLOP (Organização Revolucionária Marxista – Política Operária) foi fundada em 1961, com uma linha política não etapista e com profundos questionamentos ao PCB. Após o período de 1961-1968, a POLOP deu origem a outras organizações da esquerda marxista, algumas atuaram na luta armada contra a ditadura de 1964.

²² Essa formulação política foi publicada como resolução da Direção Nacional do PCB no jornal *Voz Operária*, em 22 de março de 1958.

²³ Tendo como referência as formulações da “Declaração de Março”, o V Congresso apresentou medidas na perspectiva de ampliar a presença do partido na “Frente Parlamentar Nacionalista”, no movimento estudantil da base da UNE, fomentou uma política sindical pautada pela unidade de ação com o sindicalismo atrelado ao “Trabalhismo getulista”, procurou manter uma relação próxima do presidente João Goulart e do PTB. Essa lógica de intervenção na democracia formal alimentava a procura do PCB pela legalidade institucional, tudo isso derivando da nova compreensão da questão nacional e da democracia como via para a transição socialista.

²⁴ Comando Geral dos Trabalhadores (CGT).

²⁵ Humberto de Alencar Castelo Branco foi um general do Exército brasileiro, chefe do Estado-Maior dessa força, articulador militar do golpe e da ditadura de 1964, sendo indicado como primeiro presidente do regime ditatorial. Morreu em 18 de julho de 1967 em um acidente aéreo.

²⁶ A principal ação da ditadura contra o PCB foi a “Operação Radar” (1973-1976) que visava destruir a infraestrutura do partido, prender e eliminar seus principais quadros e dirigentes. Essa operação terrorista foi organizada no DOI-CODI do II Exército em São Paulo, em articulação com outros DOIs e o CIE, ocorrendo em diversos estados (São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Sul, etc. Em alguns estados da federação ela ganhou outras denominações, a exemplo de Marumbi no Paraná e Barriga Verde em Santa Catarina.

²⁷ Ulysses Guimarães, Tancredo Neves, Franco Montoro, entre outros.

²⁸ Eugênio Gudin, Octávio Gouveia de Bulhões, Roberto Campos e Mário Henrique Simonsen eram economistas de matriz neoclássica que apoiaram os governos da ditadura, em sua perspectiva de intervenção econômica. O Delfim Netto, economista da USP, apesar de ser um apoiador da ditadura, se orientava numa perspectiva keynesiana. Nos anos 1970 a ortodoxia liberal de Simonsen rivalizava, dentro do governo, com o keynesianismo de Delfim que queria um Estado para o capital.

²⁹ Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), foi um conjunto de diretrizes apresentadas por Roberto Campos no primeiro governo da ditadura (1964-1967), que tinha como general presidente o Castelo Branco.

³⁰ Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) que tinha como objetivo mudanças estratégicas na economia brasileira. O primeiro PND foi de 1972-1974 e o segundo PND de 1974-1979.

³¹ Fundo Monetário Internacional (FMI) é uma organização multilateral que se transformou num instrumento de ação do capital monopolista para impor medidas recessivas aos países do terceiro mundo.

³² Movimento Democrático Brasileiro (MDB) era um dos dois partidos que o arcabouço jurídico ditatorial permitia ter existência. A ARENA (Aliança Renovadora Nacional) representava o governo e o MDB a oposição consentida.

³³ Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) que era uma prestigiosa corporação de ofício que tinha longa presença política no Brasil.

³⁴ A lei do pluripartidarismo aprovada no Congresso Nacional não permitiu que o PCB fosse registrado e legalizado. Naquele mesmo ano, os comunistas tentaram realizar o VII Congresso nacional e foram impedidos e presos pela polícia federal. No entanto, o PT foi legalizado e pôde disputar as eleições de 1982.

³⁵ A chamada “oposição de esquerda” surgiu das disputas entre León Trotsky e Stálin (chefe do poder na URSS) após o falecimento de Lênin e foi precursora do que se convencionou nominar como Quarta Internacional.

³⁶ Partido Comunista do Brasil (PC do B).

³⁷ Categoria explicativa que utilizo em minhas pesquisas, a partir de 2009, para qualificar o sujeito coletivo revolucionário, ou seja, nesse caso, o partido como agente estratégico do processo revolucionário.

³⁸ Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), dirigido por Mário Alves, Apolônio de Carvalho, Jacob Gorender, etc.

³⁹ Ação Libertadora Nacional (ALN), dirigida por Carlos Marighella, Joaquim Câmara Ferreira, entre outros.

⁴⁰ Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8), dirigido por Carlos Alberto Muniz, Franklin Martins, etc.

⁴¹ Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), foi formada em 1966 com a junção de militantes que romperam com a POLOP e militares que foram do MNR.

⁴² Ala Vermelha dissidência do PC do B. Surgiu em 1967 como PC do B-AV.

⁴³ Partido Comunista Revolucionário (PCR), pequena organização que surgiu de uma ruptura com o PC do B, em 1966, no nordeste do Brasil.

⁴⁴ Ação Popular (AP) foi uma organização criada a partir da juventude católica em 1962.

⁴⁵ Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT) foi uma organização da esquerda clandestina de combate à ditadura criada a partir de uma ruptura com a AP, no final do ano de 1968.

⁴⁶ Comando de Libertação Nacional (COLINA), organização da luta armada contra a ditadura de 1964 foi formada em 1967, em Minas Gerais, por João Lucas Alves, e teve entre seus quadros o Juarez Guimarães de Brito e Dilma Rousseff.

⁴⁷ Ação Popular Marxista-Leninista (AP-ML), formada em meados dos anos 1960 a partir da ruptura com a AP católica.

⁴⁸ Resistência Democrática (REDE), organização da luta armada contra a ditadura.

⁴⁹ Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares) surgiu em julho de 1969 a partir da fusão da VPR com a COLINA. Teve como dirigentes no processo de formação o Carlos Lamarca, Antonio Roberto Espinoza e Carlos Franklin P. de Araújo, entre outros.

⁵⁰ Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), formado por militares com base nas ideias de foco revolucionário, em 1966.

⁵¹ Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), herdeiro das lutas democráticas desenvolvidas pelo antigo MDB do período ditatorial.

Recebido em: 30 de mai. 2024

Aprovado em: 20 de mai.2024